



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERCULTURALIDADE E COMBATE À REPETÊNCIA E À EVASÃO ESCOLAR

Roberta Tiburcio Barbosa

Universidade Estadual da Paraíba; robertatiburcio02@hotmail.com

RESUMO

Ainda no século XXI existem cerca de 3,6 milhões de crianças fora da escola, são pessoas que, logo no início da vida, têm sua chance de ser um cidadão ativo na sociedade negadas pela própria entidade que deveria servir-lhes de apoio para o pleno exercício da cidadania. Percebe-se claramente que o ambiente escolar, além de ser excludente com certas crianças, não está sendo um construtor do saber efetivo em seus alunos, uma vez que os conhecimentos básicos como a leitura e a escrita ainda estão bastante defasados, conseqüentemente, o número de repetência e evasão escolar é absurdamente elevado já nos anos iniciais do ensino fundamental. Objetivamos, por meio do presente trabalho, discutir os problemas de deserção escolar, buscando uma forma de diminuir o número de crianças que abandonam a escola por meio de um trabalho intercultural em sala de aula, que promova um contato entre os alunos e o meio escolar de maneira igualitária. Uma vez que fazemos parte de uma sociedade multicultural, cabe ao educador, e ao sistema escolar em um âmbito geral, desenvolver práticas de ensino que observem e valorizem todas as culturas e povos que constituem a sociedade, sem discriminações ou exclusões de qualquer espécie. Os casos de evasão e repetência escolar, que persistem em permanecer elevados no ensino brasileiro, revelam a exclusão a que estão sendo sujeitas crianças advindas das classes sociais menos privilegiadas do país, cabe, pois, à escola adequar sua prática ao combate dessas desigualdades.

Palavras – chave: escola, interculturalidade, repetência, evasão.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO

As causas da repetência e conseqüentemente da evasão escolar têm sido alvo de estudos há vários anos. Muito se supõe a respeito do número exagerado de alunos que abandonam a escola logo no início do ano letivo. Mas de quem é a culpa? Será que os alunos são os responsáveis por não conseguirem acompanhar o ritmo do ensino? Ou será que é a escola que não acompanha o ritmo de aprendizagem dos educandos?

É lamentável constatar que ainda no século XXI, o índice de crianças fora da escola é de 3,6 milhões¹, são pessoas que, logo no início da vida têm sua chance de ser um cidadão ativo na sociedade negadas pela própria entidade que deveria servir-lhes de entrada na democracia nacional, na qual, o Governo e os letrados, dizem que eles fazem parte.

A educação como instrumento de reflexo da estrutura social, ferramenta as condições para as desigualdades/igualdades, em decorrência da sociedade capitalista na qual está inserida, se tornando assim um meio tanto de extinção quanto de manutenção, a depender da postura que apresenta, das divergências existentes na população.

Percebe-se claramente que o ambiente escolar, além de ser excludente com certas crianças (em grande parte das classes sociais mais baixas), não está sendo formador do saber efetivo em seus alunos, uma vez que os conhecimentos básicos como leitura e escrita ainda estão bastante defasados, conseqüentemente o número de repetência e evasão escolar é absurdamente elevado.

Objetivamos, por meio do presente artigo, discutir os problemas do processo ensino –aprendizagem brasileiro, buscando uma forma de trabalho do professor na sala de aula que promova um contato intercultural entre os alunos e o meio escolar. Uma vez que fazemos parte de uma sociedade multicultural, cabe ao educador, englobando aqui a educação como um todo, desenvolver práticas de ensino que observem e valorizem

¹ Dados de 2011, obtidos pela ONG Todos Pela Educação, a qual estabeleceu como meta ter 98% das pessoas de 4 a 17 anos estudando até 2022.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

todas as culturas e povos que constituem a sociedade brasileira e mundial, sem discriminações ou exclusões de qualquer espécie.

Os casos de evasão e repetência escolar que persistem em permanecer no ensino brasileiro revelam a exclusão a que estão sendo sujeitas crianças advindas das classes sociais menos privilegiadas do país, cabe, pois, à escola adequar sua prática ao combate das desigualdades.

METODOLOGIA: AS ABORDAGENS PSICOLÓGICA, BIOLÓGICA, CULTURALISTA E O FRACASSO ESCOLAR

Os maiores casos de evasão escolar encontram-se geralmente já nas primeiras séries do ensino fundamental, na qual os alunos se veem diante de duas opções: saber ler e escrever e acompanhar o ritmo escolar ou não saber e sair da escola.

A escola ainda trabalha com a velha concepção de ensino prescritivo, na qual o conteúdo está pronto e cabe ao aluno apenas absorvê-lo, tal qual uma esponja, em que se coloca um conteúdo para que seja posteriormente devolvido. As regras do processo ensino-aprendizagem são pré-estabelecidas pela escola, conseqüentemente àqueles que não conseguem adequar-se a elas resta, “o caminho da rua”, a deserção escolar.

Parece que a escola é o quartel do famoso filme brasileiro “tropa de elite”, quem não aguentar o sistema, “que peça para sair”. Como defende Moll (2009), “todo processo de ensino e de aprendizagem é perpassado pela postura epistemológica empirista, na qual o conhecimento “entra na criança” pela via perceptiva – vendo e ouvindo – permanece pelo treino e pela repetição” (p.54),

Conseqüentemente, persiste o quadro nada animador (e quase desesperador) do fracasso escolar, que se manifesta de diversas maneiras. Logo de saída, manifesta-se na súbita descoberta, por parte do aluno, de que ele “não sabe português”, de que “o português é uma língua muito difícil”. Posteriormente,



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

manifesta-se na aversão as aulas de português e, para alguns, na dolorosa experiência da repetência e evasão escolar. (ANTUNES.2003.p.20)

A sociedade escolar afirma não ser responsável pela decadência do ensino, diz não ser autoritária, que outros fatores detêm a responsabilidade desse elevado número de evasão na escola, segundo ela, reside no aluno a possibilidade de eficácia do processo ensino-aprendizagem, para tal valem-se de diversas teorias para justificar-se.

Primeiramente a abordagem biologicista, na qual o aluno não aprende porque é portador de algum déficit mental, sensorial ou neurológico, como problemas perceptuais, motores, linguísticos, afetivos e intelectivos, ponto este que poderia ser sim causa do fracasso escolar, não fosse por um importante detalhe: o número de crianças com esse tipo de “problema” é bem menor que o número de deserções.

Ainda busca-se dizer que, os fatores biológicos são decisivos no desempenho escolar, desdobrando a abordagem biologicista em duas visões : a relação direta entre fracasso e disfunção biológica, que engloba crianças com alterações neurológicas, o que mais uma vez não é convincente pela raridade dos casos; e também uma relação entre desnutrição e insucesso escolar, argumento também altamente questionável, tendo em vista que as crianças em estado de desnutrição frequentemente falecem antes dos sete anos de idade, não chegando nem mesmo à escola.

Mas há aquelas crianças que mesmo sem uma alimentação ideal, estudam e o rendimento delas é baixo pela falta de energia suficiente para o bom funcionamento cerebral, porém não é impossível que aprendam. Resultados de pesquisas, feitas pela ONG Todos Pela Educação e demais órgãos, revelam, a insustentabilidade desse argumento biologicista. Uma vez que estados mais ricos, como São Paulo em que 575 mil crianças está fora da escola, apresentam números maiores de crianças fora da escola do que estados mais pobres como o Piauí em que o índice é de 94,8% das crianças estudando, observa-se que o fator social é o responsável pela desnutrição, sendo



secundária a questão nutricional, esta precisa ser analisada em conjunto com as condições sócio econômicas que a geram, no mais, crianças desnutridas algumas vezes têm um rendimento escolar maior do que crianças bem nutridas.

E por última instância, o argumento mais bem aceito atualmente é a abordagem culturalista, a qual declara ser a deficiência cultural da criança a responsável direta por esse caos na educação. O que além de ser um grande equívoco é um explícito caso de preconceito, pois imputa à classe social mais baixa (economicamente) essa falta de cultura.

O que seria essa ausência cultural? Depende do que se entenda por cultura, nesse caso são os costumes da classe alta, e como os pobres têm seus hábitos diferentes dos da elite foram taxados de sem cultura, foram subalternizados. Assim, o trabalho desenvolvido na escola é pluricultural, ou seja, admite que hajam várias culturas dentro da escola, bem como da sociedade, mas tende a subalternizar um determinado povo em relação a outro.

A grande questão, que muito se tenta camuflar atrás de suposições incoerentes, é que a escola sempre foi e continua sendo um local de e para pessoas privilegiadas (a classe social mais alta), as supostas tentativas de alfabetização ao alcance de todos estão longe de ser uma verdade concreta, uma vez que ao se incluir novos grupos nas escolas não se mudou a prática de ensino, criando exclusões e desigualdades, segundo Moll(2009) “A escola legitima e veicula padrões de comportamento das classes dominantes, submetendo os filhos das classes populares a um processo aculturador no qual seus valores, expressões e atitudes são corrigidos ou até sumariamente substituídos”(p.47)

A necessidade de o trabalho na escola ser uma prática intercultural, do reconhecimento das diferentes culturas existentes e da igualdade de valor atribuído a elas, reside na importância dos processos de construção da identidade e da cidadania dos



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

alunos. Tendo em vista que em uma sociedade democrática todos os seres têm direitos iguais, não sendo a ninguém permitido discriminar determinado povo ou cultura.

É preciso mostrar para os alunos que não é porque uma pessoa ou classe tem práticas diferentes da elite dominante que sejam sem cultura, quer dizer apenas que sua cultura é diferente da outra, ressaltando-se que é a união de diferentes povos e costumes que constrói a identidade nacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: REFLETINDO SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA

É por meio da prática pedagógica que a escola inibe ou estimula o aluno. Quando a escola não trabalha o senso crítico do aluno, os professores se tornam meros “dadores de aula”, que passam para alunos, quase em estado vegetativo intelectual, conteúdos com pouco ou nenhum teor de relevância social, são gráficos, frases retiradas ao acaso, que nada significam, buscando apenas que o aluno saiba as regras gramaticais de forma mecânica. A escola não incentiva seus alunos a serem cidadãos ativos na sociedade (como os PCNs indicam), uma vez que não trabalha com a reflexão dos conteúdos, com os porquês, apenas com a simples memorização de sentenças avulsas, ignorando completamente o contexto social.

Conseqüentemente a escola torna-se reprodutora e mantenedora das desigualdades sociais por meio da deficiente prática pedagógica que faz uso, a qual valoriza os costumes da classe alta e marginaliza as práticas da classe baixa.

Assim que entra na escola a criança se depara com um clima de dominação proveniente do sistema autoritário patriarcal, em que a escola estipula o que é “certo” e “errado” e que devem ser religiosamente seguidos, sob ameaça de punição a quem descumprir as regras, como afirma Moll (2009) “quando é hora de, não importa o que a criança está fazendo ou qual é sua vontade, o cumprimento dos horários é obrigatório” (p.53)



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Os alunos estão constantemente sob a vigilância do professor que os adverte a todo momento para manterem silêncio, dessa forma não são incentivados a fazerem perguntas, acabam sem saber o motivo de estudar tal assunto, apenas estão vendo aquilo e pronto, conjuntamente não trabalham a oralidade, o que prejudica muito a escrita, que já é um dos maiores problemas em se tratando de aprendizagem,

Analisando as verbalizações dos professores em sala de aula, Dorneles (1986) classifica 56,82% dessas como referentes ao controle da conduta, ao lado de 15,42%, concernentes a transmissão de conhecimentos, e 23,79%, relativas à execução de atividades. A preocupação central com a “conduta” dos alunos, ou com a manutenção da disciplina desdobra-se no cotidiano da sala de aula com repressões orais, ou através do olhar, corte do recreio, ameaças de diminuição de notas e avisos aos pais. (MOLL, 2009.p.57)

Percebe-se que os alunos têm um medo enorme do professor, temor esse alimentado pelo próprio educador, que ao não conseguir manter a ordem em sala de aula, acaba usando de ameaças muito conhecidas como tirar pontos, detenção e até expulsão. O que evidentemente atrapalha, e muito, o rendimento escolar.

Mas se o problema é a falta de atenção dos alunos à aula, qual é o elemento gerador dessa dispersão nos educandos? “Quando o professor está em silêncio com uma cara bem brava olhando para você, é melhor também ficar em silêncio com uma cara de sem graça olhando para um ponto qualquer que não seja a cara de bravo do professor” (GRIBEL,1999, p.8)

É notável que o conteúdo das aulas não se faz nada atrativo para os alunos, porque é totalmente alheio à realidade deles, trata-se de assuntos que não têm nenhuma aplicação prática no cotidiano dos discentes,

É que todo sistema já cheira a coisa morta, destacada da vida. A vida, fica lá fora: na família, na rua, no clube, no mundo do trabalho e da política, enfim, na cultura viva, entranhada no aluno, tecendo-o e sendo por ele tecida; e os



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

conteúdos das disciplinas escolares não são capazes de revelar a significância deles. Por quê?

Porque os isola do presente que palpita. (LARA, 2003. p.207)

É imprescindível que, tanto o sistema escolar, quanto o próprio professor, atuem para resolver urgentemente esse caso de privação de conhecimento igualitário aos cidadãos. Para tanto, o professor precisa dar o passo inicial da mudança, dizendo não aos antigos métodos de ensino e sim à inovação na maneira de passar os saberes já inseridos no sistema escolar, como também à novos conceitos de interação ensino-aprendizagem, transmitindo saberes aplicáveis à prática cotidiana,

A possibilidade de o professor refletir sobre seu trabalho e elaborar propostas que promovam de fato a aprendizagem dos alunos, depende, e muito, dos conhecimentos teóricos que possui. Estes aliados à experiência pessoal, permitem que construa novas possibilidades de olhar criticamente para o que faz. Só assim se poderá superar uma tradição na cultura escolar: a reprodução irrefletida de práticas consideradas adequadas pelos outros (UEPB. 2002, p.103)

A partir do trabalho intercultural, pode o professor buscar o tratamento igualitário para seus alunos, sempre com atenção aos conhecimentos prévios que cada aluno traz consigo, encontrando um fator comum entre os alunos para ser trabalhado com mais intensidade, para que cada vez menos crianças abandonem a escola, depois de anos na mesma série sem conseguir compreender o assunto das aulas, sem saber com que propósito repete o mesmo estado de fracasso, experiência angustiante para qualquer pessoa. Referindo-se aos estudos de Paulo Freire, Mizukami (1996) *apud* Moll (2009) declara:



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O educador é sempre um sujeito cognoscente, quer quando se prepara, quer quando se encontra dialogicamente com os educandos. A educação problematizadora implica um constante ato de des-velamento da realidade (...) esta educação supera, pois, o autoritarismo do educador bancário assim como o intelectualismo alienante e a falsa consciência do mundo (p.105)

O educador precisa ajudar o aluno a despertar para à realidade em que se encontra, para que os alunos como legítimos conhecedores de seus direitos e deveres, se façam vozes mais atuantes no mundo, para que cada vez mais nos aproximemos da realização do ideal de uma sociedade justa e democrática.

CONCLUSÃO

“A gente educa cada dia, durante a vida inteira, aprendendo das experiências que vive e aprendendo ainda mais se elas são vividas e discutidas em comum”

(C, Ceccon. D, Oliveira. R, D. Oliveira)

Para que a escola venha a formar cidadãos iguais, detentores dos mesmos direitos e das mesmas oportunidades, é preciso que volte seu ensino para a realidade de todos os alunos, e não apenas dos mais favorecidos financeiramente, sem marginalizar nenhuma cultura, buscando um concílio entre os conteúdos e desenvolvendo o senso crítico dos dissentes.

A educação de qualidade é um dos direitos da criança e do adolescente garantidos por lei, através do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - toda criança tem direito à educação gratuita e à igualdade, sem distinção de classe social, raça ou sexo.

Apenas observando o contexto histórico e social de seus alunos a escola pode começar a desenvolver um trabalho mais humanitário e democrático, que vise a valorização de diferentes culturas, uma vez que a escola é um espaço multicultural.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O trabalho intercultural na escola é o responsável pela conscientização dos alunos a respeito de seus direitos e deveres sociais. Como instituição social cabe a escola desenvolver sua prática de ensino visando uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**.1.ed.São Paulo: Parábola,2003

GRIBEL, Cristiane. **Minhas Férias, pula uma linha, parágrafo**. Rio de Janeiro: Salamandra,1999

LARA, Tiago Adão. **A escola que não tive o professor que não fui**.3.ed.São Paulo: Cortez,2003

MOLL, Jaqueline. **Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender**.8.ed.e atual. Porto Alegre: Mediação,2009

UEPB, UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. **Curso de pedagogia em serviço**.2.ed.Campina Grande: EDUEPB,2002